

## PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

### Contatos com a mídia:

Etelie Higonnet, [info@coffeewatch.org](mailto:info@coffeewatch.org)

Poliana Dallabrida, [contato@reporterbrasil.org.br](mailto:contato@reporterbrasil.org.br)

## Trabalho informal e alojamentos precários dominam colheita de café colombiano certificado

**São Paulo, 27 de junho de 2025** – Uma investigação da [Repórter Brasil](#), com o apoio do **Coffee Watch**, revela que informalidade, jornadas exaustivas e condições ruins de alojamento ainda predominam nas fazendas de café da Colômbia, mesmo entre propriedades que ostentam selos internacionais de certificação socioambiental, como Fairtrade, Rainforest Alliance, 4C e C.A.F.E. Practices (da Starbucks).

A equipe percorreu regiões produtoras nos estados de Antioquia e Huíla – dois dos maiores polos cafeeiros do país – e encontrou trabalhadores sem contrato formal, morando em quartos escuros, mal ventilados e com banheiros sem chuveiro. Em algumas propriedades até 150 colhedores dividem alojamentos improvisados durante a safra.

Mesmo com selos que prometem garantir “boas práticas”, diversas fazendas não oferecem proteção social básica aos trabalhadores. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a informalidade no setor pode ultrapassar 80%. Além disso, longas jornadas e pagamento por produção colocam os colhedores em situação de vulnerabilidade, com relatos de salários abaixo do mínimo nacional.

Os cafés produzidos nessas condições abastecem grandes multinacionais, como **Nestlé**, **Starbucks**, **Jacobs Douwe Egberts**, **NKG** e **Volcafe**, e são exportados principalmente para os Estados Unidos e Europa. Muitas dessas empresas listam os selos de certificação como garantias de responsabilidade social, o que contrasta com os achados da reportagem.

As certificadoras foram questionadas e, em sua maioria, negaram vínculo com as fazendas citadas ou alegaram não estarem mais ativas no processo de verificação. Já organizações como a Fairtrade e a Rainforest Alliance reconheceram falhas e prometeram novas auditorias.

A investigação também levanta alertas sobre os riscos de descumprimento da nova legislação da União Europeia (EUDR), que proíbe a importação de produtos associados ao desmatamento e violações trabalhistas. A lei entra em vigor em dezembro de 2025.

“Nosso setor cafeeiro tem quase 300 anos e ainda não garantimos condições justas aos colhedores”, resume **Paola Campuzano Jaramillo**, da OIT na Colômbia.

As informações estão reunidas em um relatório especial e três reportagens, com fotos e relatos de trabalhadores, está disponível em:

 [reporterbrasil.org.br](http://reporterbrasil.org.br) e <https://coffeewatch.org/>